



Em pé de guerra

LAVA TOGA Com juízes na mira de senadores e procuradores, o Supremo Tribunal Federal dá início a uma investigação capaz de chegar às milícias digitais bolsonaristas

POR ANDRÉ BARROCAL

A mais alta corte de Justiça campeã mundial de gastos e a vistosa força-tarefa do Ministério Público mais caro do globo estão em guerra. Em meio à briga desses marajás, todos do 1% mais rico graças ao salário recebido com verba pública, o Senado descasca um abacaxi. Renasceu a ideia da CPI da Lava Toga, tentativa de expor o vínculo entre as decisões de juízes e os negócios privados deles e de familiares. Criar a CPI e alimentar uma crise? É o dilema do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, do DEM do Amapá. Seu amigo e colega de estado Randolfe Rodrigues, da Rede, tem pronto um requerimento para convocar o primeiro figurão à CPI, Gilmar Mendes, o togado do Supremo Tribunal Federal (STF) que está na linha de frente da pancadaria com a força-tarefa da Lava Jato do Ministério Público Federal (MPF). Um magistrado com a cabeça a prêmio, alvo de outro pedido de *impeachment*, embasado também em assuntos de grana. Ele e o presidente do STF, Dias Toffoli, querem arrastar Bolsonaro à guerra, certos de que é o bolsonarismo nas redes sociais da internet que estimula a CPI e empurra procuradores contra a cúpula do Judiciário.

O pedido de CPI foi apresentado na terça-feira 19 pelo senador-delegado Alessandro Vieira, do PPS de Sergipe. Em fevereiro, ele quase tinha emplacado a

comissão, mas alguns senadores desistiram, e o pedido ficou sem as 27 assinaturas necessárias. Agora, reuniu 29. O pedido listou 13 fatos a ser investigados, cinco dos quais citavam Mendes. Alcolumbre encomendou aos consultores do Senado um pente-fino no pedido, a fim de enterrá-lo, daí que, para fazer a comissão vingar, Vieira e apoiadores da CPI estão dispostos a enxugar o foco da investigação. Manter na mira Gilmar Mendes, João Otávio Noronha, presidente do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Martins e Francisco Falcão, ambos do STJ, e Cesar Asfor Rocha, aposentado do STJ.

Martins foi acusado em delação da OAS de receber 1 milhão de reais para adiar um julgamento. Rocha é alvo de acusação igual: Antonio Palocci diz que ele recebeu 5 milhões da Camargo Corrêa para atrapalhar a Operação Castelo de Areia. Noronha e Falcão, segundo o requerimento da CPI, costumam

participar de processos de clientes de seus filhos advogados. O problema disso? “O tráfico de influência normalmente se dá pelo julgamento de ações advocatícias de escritórios ligados ao contribuinte ou seus parentes, onde o próprio magistrado ou um de seus pares facilita o julgamento. O escritório ou empresa ligada ao contribuinte também poderão estar sendo utilizados com o intuito de lavagem de dinheiro.” Palavras do auditor fiscal Luciano Francisco Castro na averiguação fiscal preliminar feita de Gilmar Mendes e sua esposa, Guiomar.

A encrência para Mendes na CPI é seu IDP, escola de Direito da qual tem 56%. Segundo a proposta de CPI, de 2011 e 2017, o IDP recebeu 36 milhões de reais de empréstimo do Bradesco com juro camarada e depois conseguiu esticar prazos de pagamento, reduzir taxas e uma anistia de 2,2 milhões. Foram oito contratos, todos com a assinatura de Mendes como avalista. Do primeiro empréstimo para cá, o juiz participou no STF de 120 decisões de interesse do banco. Ainda hoje cuida de dois processos, de um total de cinco, sobre disputas entre bancos, Bradesco entre eles, e correntistas, uma queda de braço que pode



O pedido de CPI formulado por Vieira passou de 27 assinaturas para 29



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 36

Previdência. Asfixiados pelo governo, os sindicatos iniciam jornada de lutas contra a reforma de Bolsonaro



chegar a 100 bilhões de reais. No início de março, *CartaCapital* mostrou que a Febraban, a federação dos bancos, é um dos mecenas do IDP. De 2014 a 2016, deu 500 mil reais à empresa.

No pedido de *impeachment* de Mendes, levado em 14 de março ao Senado pelo octogenário advogado Modesto Carvalhosa, os negócios do IDP também são citados como razão para a degola. O pedido cita em especial as relações do IDP com a JBS, dos criminosos confesos da família Batista. De 2014 a 2016, a JBS deu 300 mil à empresa de Mendes. Foi com o patrocínio da J&F, a *holding* da família Batista, que o IDP se tornou o centro de confecção da reforma trabalhista do governo Michel Temer. Como se sabe, a JBS/Friboi é cliente frequente da Justiça do Trabalho. Segundo um juiz do TST, o IDP mapeava a legislação trabalhista antes mesmo do patrocínio da JBS, pois Mendes teria interesse pessoal no assunto, devido aos negócios de parentes em Mato Grosso.

Alcolumbre, presidente do Senado, avisa: “O *impeachment* não está no radar hoje. Uma crise institucional neste momento não fará bem para o Brasil”. Advogado, ex-promotor e ex-juiz, o deputado Luiz Flávio Gomes, do PSB de São Paulo, elegeu-se em 2018 com a bandeira de “fora Gilmar”. Para ele, é necessário que pela primeira vez um juiz brasileiro tenha de se explicar, mesmo que seja absolvido, para servir de exemplo. “Precisamos fazer uma faxina no Judiciário, começando pelo que é incompatível com o século XXI, a parcialidade. O Gilmar é parcial: decide a favor do PSDB”, afirma.

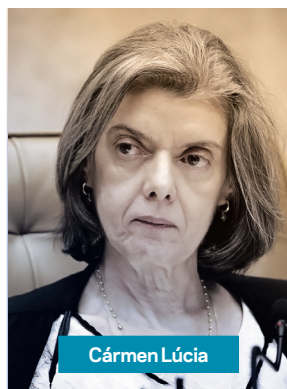
Foi com patrocínio da JBS que o IDP confeccionou a reforma trabalhista de Michel Temer

Estes ministros querem arrastar Bolsonaro à guerra

O tucano Beto Richa, ex-governador do Paraná, foi preso na terça-feira 19 pela terceira vez, apesar de quatro dias antes ter conseguido de Mendes um salvo-conduto. O MP estadual paranaense achou uma brecha para a prisão em um caso que no STF corre com Luiz Fux, não com Mendes. Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, recém-condenado a 145 anos de cadeia, apavora o PSDB paulista e havia sido solto duas vezes em 2018, graças aos HC de Mendes. “Nosso causídico é foda!”, escreveu após um desses HC o tucano paulista Aloysio Nunes Ferreira a Raul Jungmann, então ministro da Segurança Pública. Com base nessa mensagem, entre outras coisas, a força-tarefa da Laja Jato pediu à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que levantasse a suspeição de Mendes no STF em casos de Paulo Preto. Apadrinhada de Mendes na indicação à PGR, a “xerife” não deu bola.

CARLOS MOURA/STF E PEDRO FRANÇA/AG. SENADO





Cármen Lúcia



Luís Alberto Barroso



Edson Fachin



Luiz Fux



Rosa Weber

Quem destes ministros quer se juntar à depredação do STF? Seria o do meio?"

A recente guerra declarada pelo STF ao MPF tem algo de político-partidário. Envolve não apenas gestos e movimentos de Mendes e de Toffoli, como também de Raquel Dodge e do juiz Alexandre de Moraes, filiado ao PSDB paulista até ser indicado ao Supremo por Michel Temer em 2017. Nessa reação, um lance promete fortes emoções. É a decisão de Toffoli de abrir um inquérito no STF para investigar “a existência de notícias fraudulentas, conhecidas como *fake news*, denúncias caluniosas, ameaças e infrações revestidas de ânimos caluniantes, difamantes e injuriantes, que atingem a honorabilidade e a segurança do Supremo, de seus membros e familiares”. O inquérito corre em sigilo, mas circulam em Brasília alguns nomes na mira, como Deltan Dallagnol, chefe da força-tarefa de Curitiba, e Diogo Castor, um dos comandados de Dallagnol, ambos autores de críticas ácidas e públicas ao STF e STJ.

A condução do inquérito aberto por Toffoli foi entregue pelo próprio a Moraes. Este aposta que a usina de *fake news* contra magistrados está em São Paulo. Ex-secretário de Segurança Pública do estado, fez reuniões por lá com os chefes da área de inteligência da PM e da Polícia Civil. Recrutou dois delegados. Um deles é Alberto Ferreira Neto, chefe da PF no estado na repressão a crimes fiscais. O outro é Maurício Martins da Silva, da divisão de inteligência da polícia paulista. Moraes está de olho na disseminação maciça de conteúdos no WhatsApp e no Twitter através de robôs. “Rede (*de robôs*)

Temos uma milícia organizada nas redes sociais, adverte o novo presidente da OAB

que alguém paga, alguém financia, por algum motivo”, disse na terça-feira 19.

Na eleição, houve um caso de ameaça velada a um juiz do STF, pelo Twitter. Foi contra Rosa Weber, presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Partiu de um bolsonarista desconhecido. Era o segundo turno entre o ex-capitão e Fernando Haddad, do PT. O bolsonarista escreveu no Twitter oficial do TSE que seu ídolo já era vitorioso e que haveria revolta popular em caso de outro resultado. Ele dirigiu-se a Rosa: “Espero que a sra. fique de olho”. E depois: “É só um aviso, com todo respeito”. Na época, a juíza pediu à PF que investigasse o caso. Até agora, não se sabe de alguma conclusão. Advogado do PT na eleição presidencial, autor de pedido de cassação da chapa de Bolsonaro por uma operação de difamação de Haddad e de disseminação de notícias falsas na web e no WhatsApp, o ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão acredita que o inquérito do STF possa contribuir para comprovar que a vitória do ex-capitão dependeu de *fake news*. E abastecer investigações do TSE.

Egresso do MP, Moraes tem traquejo para investigações e para usar a mídia. No STF, há quem creia que o juiz tem tudo para fazer a força-tarefa da Lava Jato provar do próprio veneno, ao vazar descobertas do inquérito. Poderá, por exemplo, quebrar sigilos bancário, fiscal e telefônico dos investigados e fazer chegar à imprensa coisas que revelem certos laços, certos contatos. É um inquérito controverso. A Ordem dos Advogados do Brasil, cujos representantes se sentem alvo de *fake news* e de coação pela internet, apoia. Ao tomar posse, na terça-feira 19, o novo presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, filho de um desaparecido político na ditadura, enxerga ação de “milícias digitais”. “Temos no Brasil uma milícia organizada nas redes sociais, e precisamos compreender a quem ela serve. É articulada, tem investimento, utiliza

FELIPE SAMPAIO/STF, NELSON JR/STF, ROSINEI COUTINHO/STF, ERNANI OGATA/CODIGO19/FOLHAPRESS E EVARISTO SAIAFP



**Beto Richa preso, embora
protegido por um salvo-conduto
de Gilmar Mendes**

robôs e persegue opiniões com as quais não concorda. Isso não é bom para o debate público, prejudica a imagem das instituições e contamina a discussão nacional.” Milícia: uma palavra que faz pensar no clã Bolsonaro.

Há, porém, quem considere o inquérito uma “aberração”, palavra pronunciada a *CartaCapital* por um subprocurador-geral da República crítico da Lava Jato. Para alguns, o inquérito só poderia nascer apedido da PGR. “Ofende o sistema acusatório (separação de funções) e o princípio da inércia do Judiciário, além de violar o regimento interno do Tribunal Supremo”, disse o procurador Vladimir Aras, ex-secretário de Cooperação Internacional do MPF, candidato à vaga de PGR. Crítica feita dentro do STF por Marco Aurélio, para quem “o Supremo não é o Estado acusador, é o Estado julgador”. Para ele, o assunto deveria ter sido, no mínimo, tratado no plenário e não numa canetada solitária de Toffoli. Que escolheu por conta própria Moraes como relator. Um dos juízes do STF vê hoje em dia uma afinação grande entre Toffoli e Moraes, ambos paulistas e colegas de faculdade, formados em Direito pela USP em 1990.

No STF, há quem pergunte se Toffoli tinha alternativa. Pedir à PGR que in-



vestigasse membros do MPF, com Raquel Dodge bastante contestada em sua corporação? A sucessão dela em setembro na PGR sacode o MPF, já há cinco candidatos colocados e uma reunião marcada para 3 de abril na ANPR, a associação dos procuradores, para discutir a eleição interna. Toffoli deveria esperar por providências do Conselho Nacional do Ministério Público? Em 12 de março, o CNMP aplicou apenas uma advertência a uma procuradora de Minas, Camila Fátima Teixeira, que escreveu no Twitter: “Generais, saiam do Twitter e posicionem seus homens no entorno do STF, até que

Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli entreguem suas togas”. Toffoli deveria acionar a PF, o que exigiria negociar com o ministro da Justiça, Sérgio Moro, o ex-juiz parceiro da Lava Jato? A propósito, Moro cobrou do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, pressa na votação de seu pacote anticrime e tomou uma resposta doida: mero “funcionário do presidente Bolsonaro”, “copiou e colou” seu projeto de um outro elaborado por Alexandre de Moraes.

A abertura de inquérito foi anunciada por Toffoli em 14 de março. Ali começaria uma saraivada de *jabs* do Supremo no lavajatismo do MPF, com Mendes a chamar membros do MP de “infelizes”, “reles”, “desqualificados”, “gentilha despreparada” usuária de métodos de “gângsters”. Naquele dia, a corte decidiu sobre o local no Judiciário que deve julgar acusações ligadas a caixa 2 de campanha, como corrupção e lavagem de dinheiro. Os chamados crimes conexos vão ficar na Justiça Eleitoral. Como sempre, aliás, até a Lava Jato. Uma decisão tomada a partir de um processo contra Eduardo Paes, ex-prefeito do Rio, investigado ao lado do

**Raquel Dodge
e Alexandre
de Moraes
envolvidos em
uma guerra que é
também política**





Blal Dalloul



Vladimir Aras



Nicolao Dino



Mario Bonsaglia

Eles querem
a vaga
de Raquel
Dodge



Lauro Pinto Cardoso

deputado Pedro Paulo, do DEM fluminense, por 18 milhões de reais “por fora” nas eleições de 2010, 2012 e 2014. Por 6 votos a 5, o STF encaminhou a papelada à Justiça Eleitoral, uma “invenção brasileira” bem-sucedida, comentou Gilmar Mendes. A Justiça do Trabalho, outra invenção nossa, essa não: Mendes quer fechar.

Dallagnol e companhia estrebucharam. A força-tarefa de Curitiba acha que a Justiça Eleitoral não dá conta do recado. Motivos: pouco *know-how* em corrupção e lavagem, falta de dedicação exclusiva de juizes e promotores, os quais atuam na área eleitoral como uma espécie de “bico”, e rodízio deles a cada dois anos, o que afeta a memória dos casos. “Hoje, começou a se fechar a janela de combate à corrupção política que se abriu há 5 anos, no início da Lava Jato”, escreveu Dallagnol no Twitter. Também no Twitter, um perfil chamado “Juíza Gabriela Hardt sincera”, nome

da sucessora de Sérgio Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba, tascou: “O STF acaba de enterrar a Lava Jato por 6 votos a 5”. O corregedor nacional de Justiça, Humberto Martins, cobrou explicações de Gabriela. Ela sabia da existência desse perfil? Tomou alguma providência? Para Martins, “não é pequeno o risco de pessoas tomarem as publicações feitas nesta conta como sendo efetivamente proveniente de uma magistrada”. Um gesto que parece ter saído da cabeça de Toffoli. O corregedor é subordinado ao presidente do Conselho Nacional de Justiça, que vem a ser o presidente do STF.

**O destino de Lula
está em jogo?
A prisão antes da
terceira instância
estará na pauta?**

Entre os cinco derrotados no STF sobre os crimes conexos, há um revoltado. “Se depois disso a gente ainda derrubar a prisão em segunda instância, vão depredar o prédio do Supremo. E eu sou capaz de sair para jogar pedra também”, disse o revoltado ao jornalista Bernardo Mello Franco, de *O Globo*. Quem seria: Cármen Lúcia? Edson Fachin? Luís Roberto Barroso? Luiz Fux? Ou Rosa Weber, a atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral que, ao votar, não conseguiu defender a Justiça que comanda? *CartaCapital* desconfia que seja Barroso. Um colega dele de Uerj, o cientista político Christian Edward Cyri Lynch, descreveu-o em 2018 como líder intelectual de um “tenentismo togado”, de uma “revolução judiciária” representada pela Lava Jato.

O julgamento capaz de despertar o espírito depredador de um juiz do STF será em 10 de abril. A corte decidirá, mais uma vez, se um réu condenado à cadeia por um tribunal de segunda instância pode começar a cumprir pena em presídio ou se espera em liberdade até uma sentença da última, a quarta, instância, o próprio Supremo. Segundo a Constituição, tem de esperar. O mais ilustre interessado é o ex-presidente Lula. Ou será que nem assim ele será solto? Toffoli é a favor de uma saída intermediária: pena cumprida após a terceira instância. Esta, o STJ deve julgar ainda em março um recurso do petista contra a condenação de 12 anos no caso do triplex no Guarujá. De novo, a dúvida é Rosa Weber. Ela é filosoficamente contra a prisão em segunda instância, votou assim em 2016, última vez que o STF mexeu no tema. Mas foi contra um HC de Lula há um ano.

De volta à briga do STF com a Lava Jato. No caso dos crimes conexos, Raquel Dodge defendera posição igual à da força-tarefa de Curitiba: nada de deixar para a Justiça Eleitoral. Já um outro *jab* supremo no MPF nasceu de

CARLOS AUGUSTO, FERNANDO FRAZÃO/ABR
MARCELO CAMARGO/ABR E NELSON ALMEIDA/AFR



"Fecha-se a janela do combate à corrupção política", estrebucha Deltan Dallagnol

uma iniciativa dela. Foi a suspensão de um acordo bilionário costurado por Dallagnol e equipe com a Petrobras e que encheria de grana uma fundação privada a ser montada conforme os desígnios da Lava Jato. Em setembro, a petroleira entendera-se com autoridades americanas para se livrar de processos. Pagaria 853 milhões de dólares, dos quais 682 milhões (80% do total) no Brasil. A força-tarefa entrou na jogada para participar da destinação da grana aqui, a fábula de 2,5 bilhões de reais. Metade iria para o bolso de acionistas da Petrobras, como combinado no Tio Sam. E metade ficaria numa fundação, para gasto em saúde, educação, fomento à transparência. Um trato homologado por Gabriela Hardt, a juíza sincera. Aí despontou Raquel Dodge, a estraga-prazeres.

Em 12 de março, a PGR entrou com uma ação no STF contra o acordo. Para Raquel, por mais meritório que ele fosse, faltava autoridade para a força-tarefa assinar algo do tipo e competência legal para a 13ª Vara de Curitiba homologar. Um dia depois, PT e PDT levaram uma ação idêntica ao Supremo. Outro dia se passa e, durante o julgamento dos crimes conexos, Mendes desce a lenha na rapaziada do MPF. "O que se pensou com essa fundação do Dallagnol foi criar um fundo eleitoral. Imagine o poder, quantos votos... Essa gente faria tudo no Brasil, faria chover." Com 2,5 bilhões, afirmou, seria possível descolar uns 400 milhões por ano em aplicações bancárias, o

Moro levou uma dura do pacote Maia, que o rebaixa para "funcionário de Bolsonaro"



que faria dessa fundação a mais poderosa do Brasil. Mendes entende de grana em banco, como se viu mais acima.

Relator da ação da PGR, Moraes deu, no dia 15, a liminar requerida pela PGR contra o acordo e bloqueou o dinheiro. Também a pedido de Raquel, requereu à Caixa Econômica Federal, onde os recursos ficariam depositados, informações sobre se chegou a haver algum rendimento. Para o juiz, é "duvidosa" a escolha dos procuradores da Lava Jato como as "autoridades brasileiras" que ficariam responsáveis pelo pagamento a ser feito pela Petrobras, no mínimo seria uma atribuição do chefe do MP, que é a PGR. Além do mais, escreveu na liminar, trata-se de grana pública, portanto, seu uso deve ser

definido pelo Congresso no orçamento anual. Teses que Dallagnol chamou de *fake news* em um vídeo a circular pela web. Segundo ele, o pagamento é um dano moral coletivo causado à sociedade, não ao governo. E o governo é acionista controlador da Petrobras, não faria sentido tirar a verba de um bolso e botar no outro.

No dia 16, procuradores fizeram em Curitiba um ato de desagravo à Lava Jato e peitaram o STF. Ex-presidente da OAB, o experiente Cezar Britto está espantado com a briga pública. "São tempos de máscaras caídas", afirma. A gente, diz ele, de vez em quando esquece que as instituições são feitas por pessoas e que essas têm seus ódios, suas predileções, seus messianismos. Tanto no Judiciário quanto no MP, pros-

segue, há um problema de recrutamento. Concursos que privilegiam conhecimentos técnico-científicos e que deixam o elemento humano em segundo plano. "São os filhos da classe média que são recrutados, pessoas que querem poder e dinheiro", diz. "Aonde tudo isso vai terminar? Não sei, essa é a questão." •

